

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE AÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

AMANDA ALMEIDA SÁ

**A ARTE COMO ESTRATÉGIA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL**

JUIZ DE FORA – MG

JUL/2023

AMANDA ALMEIDA SÁ

**A ARTE COMO ESTRATÉGIA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Serviço
Social da Universidade Federal de Juiz de
Fora, como requisito para elaboração do
Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bruziguessi
Bueno

JUIZ DE FORA – MG

JUL/2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Almeida Sá, Amanda.

A arte como estratégia do exercício profissional do assistente social / Amanda Almeida Sá. -- 2023.

51 p.

Orientadora: Bruno Bruziguessi Bueno

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. arte. 2. serviço social. 3. estratégia. 4. função pedagógica. 5. exercício profissional. I. Bruziguessi Bueno, Bruno, orient. II. Título




AMANDA ALMEIDA SÁ

A ARTE COMO ESTRATÉGIA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Professor Dr. Bruno Bruzigessi Bueno


Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 14/07/2023, por banca composta pelos seguintes membros:

Documento assinado digitalmente
 BRUNO BRUZIGUESSI BUENO
Data: 20/07/2023 09:35:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Bruno Bruzigessi Bueno – Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 LUCIANA GONCALVES PEREIRA DE PAULA
Data: 20/07/2023 09:17:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Documento assinado digitalmente
 JOSEANE BARBOSA DE LIMA
Data: 19/07/2023 18:18:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Joseane Barbosa de Lima

Nota: 85

Juiz de Fora
Jul/2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir o fôlego de vida e sem Ele eu não seria nada.

Agradeço as políticas públicas que me permitiram viver o espaço de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Bruno Bruziguessi, que em toda minha trajetória de estudo e construção deste trabalho, sempre teve muita paciência e persistência em contribuir com esta etapa tão importante para minha formação.

Agradeço a banca, professoras Dr. Luciana e Dr. Joseane, por aceitarem o convite e contribuírem com este processo da graduação.

Agradeço aos meus pais e familiares que incentivaram todo meu processo de ensino, pois acreditaram que a educação é que muda vidas. Em especial ao tio Afonso, que esteve sempre de perto ajudando de todas as formas.

Agradeço aos meus colegas e cada encontro que a vida acadêmica me permitiu, pois são com eles os sorrisos e alegrias dentro do campus.

Agradeço ao núcleo da União da Juventude Socialista de Juiz de Fora, que me mostrou que a universidade pública não é apenas para ser vivida, e sim defendida e causa de luta.

Agradeço aos meus amigos por cada ombro e palavras de força e incentivo nos momentos difíceis e palavras de orgulho nas conquistas, sem vocês nada fluiria.

Agradeço ao afeto e ao amor que me alcançou no meio desse processo, que toda forma de amor seja vivida.

Eu mais me sou na arte. Enquanto faço arte, plenamente existo. Ser artista é fácil

Difícil é ser normal. Eu sou minha arte
E minha arte me é.

Pedro Salomão, 2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – APONTAMENTOS ACERCA DOS CONCEITOS DE CULTURA E ARTE.....	10
1.2. O CONCEITO DE ARTE	17
CAPÍTULO 2 – SERVIÇO SOCIAL E A SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DIANTE DAS CLASSES SUBALTERNAS.....	22
2.1. O SIGNIFICADO DO SERVIÇO SOCIAL.....	22
2.2. APONTAMENTOS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	30
2.3. ALIENAÇÃO, VIDA COTIDIANA E SUBALTERNIDADE: O LUGAR DOS USUÁRIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA	35
2.4. A ARTE ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO ASSISTENTE SOCIAL.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca abordar a possibilidade de relação entre o Serviço Social e a arte, considerando que a arte pode ser entendida como estratégia do exercício profissional do assistente social em seus diferentes locais de trabalho, visto que a arte pode permitir, de forma criativa, outras possibilidades de intervenção profissional, podendo levar o exercício do profissional para além da execução de uma determinada política ou programa social, possibilitando potencializar aos usuários dos serviços o entendimento da realidade social diante de um olhar crítico.

A escolha de determinado tema teve por influência a disciplina de Trabalho e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, que abordou sobre o fazer profissional do assistente social, assim como as “estratégias e táticas” possíveis de serem usadas pelo profissional na relação que ele estabelece com os sujeitos, que são público-alvo das políticas e dos serviços em que o profissional do Serviço Social atua.

Neste sentido, ao perceber a influência que a arte pode ter na vida do ser profissional, assim como também na vida do trabalhador de forma geral, se torna possível analisar o papel da arte e sua diversidade de manifestações na sociedade e como ela pode impactar na vida social.

Portanto, o presente trabalho busca compreender como a arte, dentro da perspectiva teórico metodológica crítica e do direcionamento ético-político assumido pelo Serviço Social brasileiro, pode contribuir para o exercício profissional do assistente social, em cada local de trabalho de inserção do Serviço Social. Dentro disso, articulada à função pedagógica que o trabalho do assistente social pode exercer e como a arte pode ser utilizada de forma a contribuir para o processo de conscientização dos usuários frente à realidade social, ao reconhecimento de seus direitos, ao acesso às políticas sociais, à participação política e até mesmo dos aspectos que perpassam a desigualdade social e sua condição de trabalhadores.

Este trabalho consiste em um estudo teórico, baseado em levantamento bibliográfico acerca do tema da relação entre o Serviço Social e a arte, que demandou o estudo de um conjunto de conceitos para compreender as possibilidades dessa relação, tais como: cultura, função pedagógica do serviço social, alienação, vida cotidiana, classes subalternas, dentre outros que compõem a construção teórica. Para

isso, o trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo foi desenvolvido o debate acerca do conceito de cultura, desde a origem da palavra até o significado atual do termo e sua compreensão a partir da tradição marxista. No segundo item, seguimos com apontamentos sobre arte, seu desenvolvimento histórico e suas potencialidades, entendendo-a como componente do significado contemporâneo de cultura. Assim, fazemos esse resgate conceitual com finalidade compreender como e quando o assistente social pode usar a arte em seu exercício profissional.

No segundo capítulo foi feito o debate acerca do significado do serviço social, compreendendo a origem da profissão e relatando brevemente sobre a historiografia profissional, assim como pontuando brevemente aspectos do processo de renovação do serviço social no Brasil.

Fizemos o resgate teórico das categorias de alienação, vida cotidiana e classes subalternas para identificar os sujeitos usuários dos serviços e políticas que o profissional assistente social atua, como público alvo do seu exercício profissional, para entender o lugar destes sujeitos na sociedade capitalista. E finalizamos com o estudo da função pedagógica do assistente social e as possibilidades de utilizar a arte como mediação do exercício do assistente social.

CAPÍTULO 1 – APONTAMENTOS ACERCA DOS CONCEITOS DE CULTURA E ARTE

Neste capítulo iniciaremos o debate acerca do conceito de cultura. Primeiramente, é necessário se debruçar sobre o que entendemos acerca do termo cultura, como está configurado nos dias de hoje e em como este conceito nos permite compreender as características da vida dos sujeitos na sociedade contemporânea. A partir do pensamento marxista, buscamos explicitar a aproximação do conceito de cultura com a categoria trabalho, como elementos fundamentais da constituição e da sociabilidade humana. Após essa compreensão, será assinalado o entendimento de arte e suas expressões como componente do conceito de cultura, para então poder debater a arte enquanto instrumento na mediação profissional do assistente social.

1.1. O CONCEITO DE CULTURA

Conceituar algo nos leva a buscar entender o sentido etimológico das palavras, ou seja, a busca de suas origens. Assim, ao pensarmos no termo cultura, vamos à origem da palavra. Entretanto, este é um processo que vai além de sua origem, sendo importante considerar o aspecto social desta conceituação, conforme disse Cuche (1999, p. 18):

se quisermos compreender o sentido atual do conceito de cultura e seu uso nas ciências sociais, é indispensável que se reconstitua sua gênese social, sua genealogia. Isto é, trata-se de examinar como foi formada a palavra, e em seguida, o conceito científico que dela depende, logo, localizar sua origem e sua evolução semântica.

Inicialmente, o termo cultura se referia ao plantio, ao cuidado e tratamento da terra e animais, ou seja, muito ligado às ciências naturais, apresentando assim a relação entre o ser humano e a natureza, portanto, em seu sentido mais literal, o significado de sua palavra remete a “uma palavra antiga no vocabulário francês. Vinda do latim cultura que significa o cuidado dispensado ao campo ou ao gado, ela aparece nos fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada” (CUCHE, 1999, p. 19).

Ao longo do século XVIII, o conceito de cultura começa a apresentar problemáticas e ser questionado, começando então a surgir sentidos figurados para a palavra.

A palavra faz parte do vocabulário da língua do Iluminismo, sem ser, no entanto, muito utilizada pelos filósofos. A *Enciclopédia*, que reserva um longo artigo para a "cultura das terras", não dedica nenhum artigo específico ao sentido figurado de "cultura". Entretanto, ela não o ignora, pois o utiliza em outros artigos ("Educação", "Espírito", "Letras", "Filosofia", "Ciências") (CUCHE, 1999, p. 20).

Conforme Cuche (1999), associada ao Iluminismo, a palavra “cultura” passa a expressar ideias de progresso, evolução e educação, passando a estar relacionado ao sentido de “culto”, ou seja, relacionando ao sentido de formação e educação do ser humano. Logo, esse termo passa a diferenciar o Homem, visto que, como afirma Lima (2014, p. 23),

o homem se descobre capaz de conhecer a realidade e, conseqüentemente, de transformá-la mediante o livre exercício das capacidades humanas e do seu engajamento político-social, se descobre sujeito da sua própria história, em contraposição aos elementos que davam sustentação a sociedade medieval como o teocentrismo, o irracionalismo e o imediatismo.

Assim sendo, Lima (2014, p. 23) vai relatar que para além do sentido agrícola, o termo cultura passa a ganhar um sentido em relação às faculdades humanas, “incorporando, cada vez mais, um sentido de cultivo intelectual”, ganhando um sentido de Homem “cultivável”, ou seja,

o desenvolvimento dessa nova dimensão da cultura é fundamental para os pensadores iluministas, que a concebem como um caráter distintivo da espécie humana, ou seja, entendem o homem como um ser capaz de construir e de possuir cultura, diferenciando-se assim dos outros animais (LIMA, 2014, p. 24).

Por isso, entendemos esse novo sentido de cultura como um refinamento cultural, remetendo ao conhecimento intelectual no homem, como descrito acima.

Segundo Willians (1979), as palavras “cultura” e “civilização” passam a estar próximas. “Civilização”, portanto, se baseava no termo “civil”, que significava alguém cortês e educado, todavia “civilização” iria para algo além de sua origem, se referindo a um modo de vida quanto à palavra “civil”. Logo, Willians vai dizer que o Iluminismo também influenciou a construção do significado da palavra, onde

os homens haviam feito a própria história, neste sentido, especializado: o de que eles (ou alguns deles) haviam realizado “civilização”. Foi um processo secular e evolutivo, e, nesse sentido, histórico. Mas, ao mesmo tempo, foi

uma história que havia culminado num Estado realizado: na prática, a civilização metropolitana da Inglaterra e França (WILLIANS, 1979, p. 20).

Desta forma, “a civilização é então definida como um processo de melhoria das instituições, da legislação, da educação” (CUCHE, 1999, p. 22), portanto, um modo de vida. É neste sentido que “civilização” e “cultura” se relacionam, quando o termo cultura “torna-se sinônimo de civilização, pois os pensadores julgavam que os resultados da formação-educação aparecem com maior clareza e nitidez na vida social e política ou na vida civil” (CHAUI, 2000, p. 372).

Entretanto, no período pós-Iluminismo, os termos “cultura” e “civilização” passam a sofrer um distanciamento. Segundo Bezerra e Bruziguessi (2019), o primeiro termo passa a ter uma dimensão mais íntima, associando a aspectos da sociedade, como religião, artes, vida pessoal, entre outros; enquanto o segundo termo passa para uma dimensão externa, mais superficial, se concentrando em um cultivo de propriedades “externas” ao Homem.

Sendo assim, cultura passa a ser vista “como uma classificação geral de instituições e práticas que, embora sociais, constituíam significados e valores simbólicos de uma dada sociedade” (BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2019, p. 200), ou seja, cultura ganha o sentido de “modo de vida”. Esse sentido, apropriado pelos domínios das ciências sociais, vai entender esse “modo de vida” como um conjunto de elementos de uma determinada coletividade social, que a caracteriza enquanto tal, tais como os valores, costumes, tradições e símbolos que contribuem para a construção de uma identidade coletiva.

Ainda assim o termo “cultura” pode ser compreendido em um outro significado. Partindo do sentido de que “cultura” passa a significar um modo de vida, teremos então as produções artísticas como formas de expressão de um “modo de vida”, ou seja, da cultura. Temos, portanto, expressões artísticas, como a música, a literatura, as artes plásticas, entre outras, que se conformam como manifestações culturais. Portanto, segundo Bezerra e Bruziguessi (2019, p. 202), “a arte e a vida intelectual explicam e explicitam a cultura, sendo, ao mesmo tempo, determinadas por ela”.

Entretanto, não podemos pensar o termo “cultura” em um sentido fragmentado, já que os significados atribuídos a ela não podem ser separados; por isso analisamos a “cultura” em uma perspectiva de totalidade, tal qual presente na teoria marxista.

Se levarmos em consideração o sentido da palavra para as Ciências Sociais, vemos uma relação intrínseca do termo com o ser humano. Lima (2014, p. 20) vai apontar que

a cultura é, portanto, desde o seu surgimento e em todos os sentidos (ou dimensões) que adquire, uma especificidade do trabalho humano, é algo próprio do homem que através de seu trabalho e das relações sociais que historicamente constrói, se distingue dos outros animais.

Assim, pensar na categoria “trabalho” conceituada dentro da perspectiva crítica de Marx, é pensar “o processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 31-32). Lima (2014) ainda vai acrescentar que os homens apresentam necessidades de se relacionar, assim sendo, o trabalho se torna um fator fundante do ser social, portanto,

estamos nos referindo à capacidade de o homem imprimir uma vontade, uma intenção, na sua relação com a natureza e, nessa relação, o homem transforma a natureza através do trabalho e é transformado pelo mesmo em seu processo de socialização (LIMA, 2014, p. 20).

Assim sendo, a satisfação das necessidades do Homem para viver tem como primeiro ato histórico, explicitado na obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (2007), o processo de produção material. Ou seja, a necessidade de se alimentar, por exemplo, levou o Homem a interagir com a natureza para satisfazer-se através de sua força de trabalho, revelando “uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Todavia, o Homem ao modificar a natureza também se modifica, ou seja, “ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2013, p. 32). Tal processo de satisfação leva o Homem a uma nova necessidade, portanto,

tendem a recobrir outras situações, projetadas para outros lugares e tempos; ou seja, a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado e estimulado a generalizar e a universalizar os saberes que detém (NETTO; BRAZ, 2012, p. 45).

Ao criar novas necessidades, além do sentido biológico, o Homem apresenta uma necessidade de reprodução, constituindo uma relação social (MARX; ENGELS, 2007), portanto, “mediante ao trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto

é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 49).

Assim, “a cultura é, nessa direção, fundamentalmente um elemento coletivo, pois é fruto de um processo de organização da sociedade, em que os sujeitos nunca são sujeitos isolados, eles sempre se inserem num conjunto de outros sujeitos” (LIMA, 2014, p. 22).

Conforme Netto e Braz (2012, p. 46):

essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. [...] Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de social.

Vemos, portanto, o trabalho apresentando uma relação mais complexa do que apenas a relação entre o ser humano e a natureza, visto que o indivíduo se modifica ao longo desse processo. Temos então, através desse movimento, o ser social. Vale ressaltar que o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho, implica, então, em objetivações, sendo uma delas o próprio trabalho, que apresenta alguns fatores (NETTO; BRAZ, 2012).

Nesta perspectiva, apresenta-se a categoria práxis, ligada ao trabalho, porém indo para além dele, ou seja, na práxis também se encontram objetivações como ciências, filosofias e artes, portanto, “a categoria da práxis revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 56). Logo, a práxis se revela materialmente com o trabalho e no campo ideal com a ciência, a religião, a arte.

Neste sentido, é a partir do trabalho que o ser social produz não apenas objetos como valor de uso, mas também o “modo de refletir e de manifestar sua vida” (BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2019, p. 205), portanto “a cultura se apresenta, como um conjunto de elementos simbólicos, como um modo de sentir, pensar e viver que se constrói e se define em sociedade” (BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2019, p. 206).

Assim, “a cultura seria, então, o componente, junto com o trabalho, de uma sociabilidade, necessária enquanto espaço de reprodução de determinadas relações sociais” (BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2019, p. 208); portanto, “a produção de ideias, de representações, da consciência, do universo simbólico está, num primeiro

momento, necessariamente ligada à atividade material” (BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2019, p. 208). Visto que, segundo Chaui (2000), quando se trata de cultura, o Homem se relaciona com a natureza e com outros Homens, apresentando a dinamicidade colocada pela teoria marxista.

É válido destacar que no sistema capitalista, o qual estamos inseridos, o mercado vai apresentar centralidade, assim, “o lucro cumpre papel central e coloca a maioria dos indivíduos como coadjuvantes em um espetáculo no qual o roteiro é escrito por normas competitivas e ditado por regras do mercado” (SCHERER, 2013, p. 63).

Seguindo estes argumentos apresentados por Scherer (2013), entendemos que o capital acaba necessitando de mecanismos para sustentar tal lógica dominante. Portanto, é assim que a arte, através das subjetividades dos sujeitos, também é colocada como mercadoria. Pois,

tais mercadorias, normalmente, não têm como intuito principal satisfazer as necessidades humanas, mas sim, satisfazer as necessidades do capital, ou seja, produzir mais-valia (Acanda, 2006), ampliando os processos de alienação (SCHERER, 2013, p. 64).

Neste sentido, os indivíduos, com uma certa frequência, se veem com a obrigação de estarem consumindo os produtos colocados pelo capital, ainda que esses produtos ultrapassem a necessidade de sobrevivência dos sujeitos na sociedade.

Já que se percebe essa centralidade, Scherer (2013) vai relatar sobre os impactos complexos que colocam a mercadoria como elemento central do sistema capitalista tem sobre o ser humano.

Devido a isso, Acanda (2006) refere que esse mercado não pode ser caracterizado como um fenômeno exclusivamente econômico, mas como um processo de caráter social, que se constitui por ser um espaço social por excelência, uma vez que nesta relação estão implicadas a produção e circulação de subjetividade, das necessidades, potenciais e capacidades dos indivíduos (SCHERER, 2013, p. 64).

Assim, Scherer (2013) ressalta como a comunicação é importante nesse quesito, onde há a mercantilização das relações sociais. A mídia e todo aparelho comunicativo é usado de forma a guiar os interesses daqueles que detém o capital. Ou seja, “quem detém a comunicação constrói uma realidade de acordo com seus interesses, justamente para garantir o poder” (SCHERER, 2013, p. 65).

O uso da comunicação para controle social é muito utilizado por meio da cultura, assim, tenta-se padronizar uma cultura que atinja o maior número de pessoas possíveis, o que Scherer (2013) trata como cultura de massas, onde muitas pessoas utilizam os mesmos produtos, como por exemplo, os mesmos modelos de roupas, escutam as mesmas músicas, comem as mesmas comidas, entre outros exemplos.

Devemos atentar para diferença entre cultura de massas, utilizada aqui por Scherer, e o termo Indústria Cultural, já que “a cultura de massa é uma cultura produzida para o consumo de massa, atendendo às necessidades do produtor, visando o lucro” (SCHERER, 2013, p. 65). Já quando tratamos de Indústria Cultural, tratamos da “forma pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações de produção, lançada e consumida, desta forma, ela ocupa um lugar de lazer na vida do trabalhador” (SCHERER, 2013, p. 65).

Tendo a cultura transformada em produto pela Indústria Cultural, o capitalismo, através dos meios de comunicação, utiliza do senso comum, aqui entendido, a partir de Gramsci (apud DURIGUETTO, 2014, p. 274), como “seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção [...] desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia”, ou seja, uma compreensão acrítica acerca dos elementos presentes no cotidiano social. Assim, compreendemos que esse senso comum como a cultura desorganizada própria dos grupos subalternos e passiva de ser utilizada pelas classes dominantes.

Portanto, isto leva até a sociedade informações que se tornam verdades absolutas para a maioria. Portanto, o que Scherer (2013) está dizendo é que o capitalismo utiliza da comunicação, que é uma forma de dominação, para controlar até mesmo a subjetividade dos indivíduos.

Deste modo, o capital altera a cultura dos indivíduos, utilizando-a como uma fonte estratégica para a manipulação e exploração dos sujeitos que, devido a isso, têm diminuído o seu poder político para criar instrumentos na luta pelo reconhecimento e garantia dos seus direitos (SCHERER, 2013, p. 66).

Todavia, se entendemos que cultura se refere a um modo de pensar e viver, na concepção de Gramsci, vemos que a cultura tem um potencial político com caráter emancipatório, portanto, “cultura e política atuam juntas, muitas vezes representando o mesmo papel protagonista no cenário social, uma vez que quem detém os

mecanismos de manipulação cultural tem poder sobre os demais” (SCHERER, 2013, p. 67).

Ressalta-se que, ter uma análise dialética no que se refere a afirmação de Gramsci, citada por Scherer (2013), em que cultura é política, nos faz analisar de forma a não separar tais termos, pois ambos estão ligados à lógica do poder.

É dentro dessa lógica que Acanda (apud SCHERER, 2013, p. 67) faz referência a cultura como algo que deve ser interpretado, como uma dimensão essencial da política e a visão da política como a tarefa da estruturação e desenvolvimento da hegemonia de uma classe em relação à sociedade, ou seja, a “direção intelectual e moral” que é construída através do consenso em uma determinada sociedade, sedimentando, conseqüentemente, uma determinada cultura de classe, um modo de vida universalidade por uma perspectiva da classe que se torna hegemônica e dominante.

Pode-se criar processos hegemônicos através da cultura, ou seja, Scherer (2013) afirma que é possível manipular os potenciais políticos dos sujeitos através da cultura, pois ela é uma forma de dominação. Assim, o capital se utiliza dela para ter o controle social, ou seja, o consenso de ideologias dentro da sociedade, obtendo assim a hegemonia, essa que é voltada aos interesses daqueles que dominam o grande capital.

1.2. O CONCEITO DE ARTE

Um dos sentidos da cultura que mais nos remetemos é o atribuído às expressões artísticas. Sendo a arte, conforme Chauí (2000, p. 405), “atividade humana submetida a regras”, podendo ser espontânea, ao acaso ou natural e encontrada nos mais diversos temas, como política, saúde, entretenimento e em outros assuntos e modos de se fazer arte. Lima (2014) vai ressaltar que

a cultura passou a se referir a uma dimensão do conhecimento que a sociedade tem de si mesma e das formas como ela expressa esse conhecimento, ou seja, a arte, a literatura, a ciência, a linguagem, etc (LIMA, 2014, p. 28).

Assim, a arte ganha ênfase no debate de cultura, sendo usada no que se refere às expressões culturais ou artísticas ou, conforme Lima (2014), referente à certas habilidades. Neste sentido, Chaui (2000) vai dizer que existem duas classificações de arte elaboradas entre os séculos XVII e XVIII, as liberais e as mecânicas, sendo as

artes liberais: gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, astronomia e música, compondo o currículo escolar dos homens livres. São artes mecânicas todas as outras atividades técnicas: medicina, arquitetura, agricultura, pintura, escultura, olaria, tecelagem, etc (CHAUI, 2000, p. 406).

Todavia, buscou-se uma valorização das artes mecânicas, que eram vistas como inferiores às artes liberais, tentando elevá-las à condição das artes liberais. É neste sentido que surge o termo “belas artes”, com o objetivo de distinguir as finalidades da arte e categorizá-las. Assim, tal “distinção entre artes da utilidade e artes da beleza acarretou uma separação entre técnica (o útil) e arte (o belo), levando à imagem da arte como ação individual espontânea, vinda da sensibilidade” (CHAUI, 2000, p. 406).

Com a categorização da arte como “belo”, o artista deixa de ser apenas um indivíduo que domina uma determinada técnica, para se tornar um ser criador.

Enquanto o técnico é visto como aplicador de regras e receitas vindas da tradição ou da ciência, o artista é visto como dotado de inspiração, entendida como uma espécie de iluminação interior e espiritual misteriosa, que leva o gênio a criar a obra (CHAUI, 2000, p. 407).

Mais ainda, Willians (apud LIMA, 2014, p. 62) vai diferenciar o artista do cientista, sendo que

o artista distingue-se não apenas do cientista e do tecnólogo – cada um deles teria sido chamado de artista em períodos anteriores -, mas do artesão, do artífice e do trabalhador especializado, que hoje são operários em termos de uma definição e de uma organização específicas do TRABALHO.

Vale ressaltar que o artista, mesmo dotado de inspiração, não se exime de sua realidade, por isso sua arte apresenta a expressão da realidade; “em outras palavras, as artes não pretendem imitar a realidade, nem pretendem ser ilusões sobre a realidade, mas exprimir por meios artísticos a própria realidade” (CHAUI, 2000, p. 407).

Neste contexto de expressão da realidade, devemos pensar o artista como integrante de uma sociabilidade. Portanto,

o artista é um ser social que busca exprimir seu modo de estar no mundo na companhia dos outros seres humanos, reflete sobre a sociedade, volta-se para ela, seja para criticá-la, seja para afirmá-la, seja para superá-la (CHAUI, 2000, p. 413).

Vemos a presença da arte, desde os primórdios da história humana. Segundo Scherer (2013), a arte no início da humanidade se apresenta como uma forma de comunicação entre os indivíduos, principalmente se tratarmos das artes nas cavernas pelos povos primários, que além de uma forma de comunicação, essas expressões artísticas e outras ao longo da história da humanidade, também se tornaram registros históricos.

Entretanto, Scherer (2013) afirma que em dado momento a arte é percebida com uma ligação com a religião, que resultou em uma certa subestimação da arte, além de um caráter alienado. Todavia, quando a arte passa a representar o ser humano e a forma como se enxergavam, ela passa a possuir um caráter mais transformador (SCHERER, 2013).

Assim, “a arte se constitui como um meio de contrapor os processos de fragmentação que o modo de produção capitalista impõe, fazendo o homem se reconhecer no palco que atua” (SCHERER, 2013, p. 75), ou seja, a arte revela ao Homem sua centralidade nos processos societários.

Portanto,

a arte mostra-se como um elemento que tem a capacidade de incidir contra os processos de alienação porque faz com que o indivíduo se perceba em sua totalidade, como ser social, e dá possibilidade a este indivíduo de se manifestar de uma maneira única, própria, reconhecendo-se no que produz (SCHERER, 2013, p. 75).

Neste sentido, percebe-se a arte enquanto algo que possibilita uma maior reflexão da realidade aos sujeitos, já que “a atividade artística pode provocar uma reflexão mais aprofundada da vida do indivíduo, rompendo, de modo muitas vezes lúdico, com conceitos já enraizados na vida cotidiana” (SCHERER, 2013, p.76).¹

Ainda assim, podemos pensar nas funções em que a arte pode ter: pedagógica e expressiva. Exercendo uma função pedagógica, a arte, para Hegel (apud CHAUI, 2000), vai apresentar a função de educação moral dos indivíduos e uma educação

¹ Assim, podemos exemplificar músicos brasileiros que buscaram expor a realidade, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Cazuza, entre outros que através de sua arte levantaram e ainda levantam diversas reflexões.

que apresenta o movimento da exterioridade à interioridade, ou seja, do real para o abstrato.

Percebemos então uma relação entre arte e sociedade, portanto, temos um aspecto crítico e social a estes termos, assim sendo,

o pensamento estético de esquerda também atribui finalidade pedagógica às artes, dando-lhe a tarefa de crítica social e política, interpretação do presente e imaginação da sociedade futura. A arte deve ser engajada ou comprometida, isto é, estar a serviço da emancipação do gênero humano, oferecendo-se como instrumento do esforço de libertação (CHAUI, 2000, p. 415).

Contudo, estamos falando da arte dentro de uma sociedade capitalista, portanto, uma sociedade em que a mercadoria tem sua centralidade, a arte também tem seu processo de mercantilização (SCHERER, 2013). Tal processo busca transformar a arte em mercadoria para consumo da população.

Entretanto, se a arte passa a ser mercadoria, ela só é acessada por aqueles que possuem moeda de troca, ou seja, capital. Neste sentido,

a arte, quando mercantilizada, não é vista como uma dimensão social do ser humano, necessária para a expressão em todos os momentos, por todas as pessoas, mas sim como algo exclusivo para determinada classe social, trancada em certos espaços, como teatros, museus, casas de espetáculos, com entrada restrita para aqueles que possuem recursos para pagar os altos ingressos (SCHERER, 2013, p. 81).

Assim, o potencial transformador da arte é negado, já que a arte passa a ser utilizado na perspectiva dominante pelos capitalistas. Portanto, “o sistema capitalista utiliza todas as potencialidades da arte como um instrumento de manipulação de massas” (SCHERER, 2013, p. 82). Deste modo, a arte é utilizada para reforçar a ideologia dominante e se tratando de capitalismo, reforçar a ideologia burguesa.

Conseqüentemente,

A arte exerce um poder de conhecimento pedagógico e político, que recria a natureza, exterioriza as crenças, reflete as crises econômicas e sociais, dá novas dimensões aos instrumentos técnicos, reflete a sociedade que a gerou e objetiva o homem para que através dela se ponha por inteiro e concretiza uma significação para quem a interpreta (SCHERER, 2013, p. 84).

Logo, uma arte que vá contra a hegemonia da ideologia burguesa é uma arte que apresenta aspectos a possibilitar os sujeitos a pensarem de forma crítica,

organizando assim o senso comum, se produzida de forma genuína (SCHERER, 2013).

CAPÍTULO 2 – SERVIÇO SOCIAL E A SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DIANTE DAS CLASSES SUBALTERNAS

Neste capítulo vamos discutir a trajetória de formação do Serviço Social enquanto profissão, partindo do entendimento do seu significado social, as características de sua emergência e os contextos de seu desenvolvimento. Além disso, também daremos destaque à dimensão pedagógica assumida no trabalho do assistente social.

Todavia, para entrarmos no debate da dimensão pedagógica, iremos fazer apontamentos sobre o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil até a consolidação do que ficou conhecido como Projeto Ético Político da profissão, assim como apontamentos acerca da alienação e vida cotidiana, bem como aspectos das classes subalternas e as características desse público que é em grande maioria atendido pelo Serviço Social.

A partir dessa construção, faremos uma breve análise sobre a relação do Serviço Social e a arte e as possibilidades de mediação no fazer profissional do assistente social.

2.1. O SIGNIFICADO DO SERVIÇO SOCIAL

Para iniciarmos o debate acerca do significado do Serviço Social, entendemos que a profissão apresenta um caráter pedagógico e interventivo,

inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 101).

Todavia, embora seja uma profissão mobilizada pelas classes dominantes para servir aos interesses do capital, o assistente social “participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 102).

Para compreender o significado social do Serviço Social é necessário situá-lo perpassado pelos interesses antagônicos das classes sociais. Todavia, esse antagonismo é expresso, por um lado, pelos interesses do capital, que nada mais são

que “a criação e apropriação do trabalho excedente, sob a forma de mais-valia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 81), ou seja, o lucro. Assim, o Serviço Social acaba impactado diretamente por esses interesses que envolvem a manutenção da ordem social e a apropriação privada do excedente econômico que se transforma no lucro das classes dominantes; uma vez que é demandado por essas classes para viabilizar a manutenção da ordem.

Desta forma, a atuação do Serviço Social é tensionada pela contradição das classes sociais, ou seja, o seu antagonismo, pois seu trabalho responde tanto às demandas do capital quanto às do trabalhador, revelando assim sua contradição, já que a profissão atua no cerne desse conflito. Tal conflito permite que o Serviço Social atenda aos objetivos do capitalista e, em contrapartida, também atue em direção a garantia de direitos, ainda que mínimos, para o trabalhador.

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana (NETTO, 2007, p. 19).

Assim, é importante entender que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social do trabalho, ou seja, o assistente social não deixa de ser parte da classe trabalhadora.

Conforme Netto (2007), com a emergência do capitalismo monopolista, o processo de acumulação de capital, obedecendo “à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2007, p. 20), passa por um processo de modernização que traz uma tendência a uma inovação tecnológica, subordinada ao capital, visando uma globalidade para o capitalismo. Com isso, a dinâmica social é alterada conforme as novas necessidades exigidas.

Se a exploração da força de trabalho é modernizada, serão apresentadas demandas diferentes e específicas, ou seja, se as relações sociais de produção são modernizadas e a divisão social do trabalho tende a se tornar cada vez mais especializada, cada vez mais complexa, as demandas do trabalhador também vão se tornando específicas, o que gera uma alteração nas formas de resposta dadas a essas demandas, que envolvem também a sobrevivência e reprodução desses indivíduos na sociedade, que “dependem fundamentalmente do salário que o trabalhador recebe em troca da venda de sua força de trabalho no mercado” (IAMAMOTO; CARVALHO,

2014, p. 105). Todavia, “o preço da força de trabalho é socialmente determinado considerando-se o mínimo indispensável para cobrir as necessidades consideradas básicas em cada momento histórico” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 107).

Essas novas demandas passam a existir no contexto do desenvolvimento capitalista, fazendo com que o Serviço Social se torne necessário, a partir da emergência da questão social, que

é senão expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83-84).

A questão social, segundo Iamamoto (2021, p. 190), “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”. Tendo sua gênese, a questão social, juntamente com a acumulação do capital, explicita a contradição entre o caráter coletivo da produção e sua apropriação privada dos meios de produção, conformando a emergência do trabalhador assalariado, que com o desenvolvimento das forças produtivas ao longo do tempo e da própria evolução do capitalismo, promove o aumento do contingente de trabalhadores, que vem crescendo em maior número do que a oferta de emprego, expandindo o exército industrial de reserva.

A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2021, p. 190).

Assim, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social, então, se apresenta como uma especialização do trabalho coletivo justamente para responder ou buscar respostas às demandas das classes sociais. Todo esse processo se desenrola em um contexto de expansão urbana e desenvolvimento industrial, de desenvolvimento das forças produtivas, ocasionando o surgimento de novas demandas, exigindo assim uma maior qualificação destes profissionais.

Neste sentido, o Serviço Social se conforma como uma profissão que presta assistência e serviços através do Estado junto à classe trabalhadora. Isso se dá uma

vez que, com a expansão do capitalismo, fez-se necessária a intervenção do Estado tanto para regulamentar atividades do proletariado, quanto para intervir junto às expressões da questão social. Portanto, é se amparando nas ações do Estado e até mesmo de empresas privadas que o Serviço Social se consolida enquanto profissão.

Desse contexto se vê a importância da profissionalização do Serviço Social. Assim, tendo o Estado como seu maior empregador, já que o mesmo coloca os assistentes sociais na posição de dar respostas às expressões da questão social.

Algo a ser ressaltado é que apesar das demandas ao Serviço Social serem referentes à classe trabalhadora, quem apresenta e estabelece as intervenções é a classe dominante, visto que é por ela que o assistente social é contratado e solicitado, pois ao trabalharem, em sua maioria, pelo Estado, acabam reproduzindo os interesses das classes dominantes, devido ao caráter de classe do Estado na sociedade capitalista.

Ao considerar-se o Estado, é necessário acentuar sua importância decisiva na reprodução das relações sociais, na condição de legislador e de controlador das forças repressivas. Estes dois “braços” do Estado são mutuamente complementares na tarefa de assegurar o poder e a ordem estabelecida conforme os interesses dominantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 87).

Conforme Netto (2007, p. 26), o Estado, portanto, tem suas funções políticas entrelaçadas às suas funções econômicas, assim, “opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista”. Logo, através de seu poder político, pode impor os interesses da classe dominante para a sociedade, entretanto “o Estado vê-se obrigado, pelo poder de pressão das classes subalternas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe capitalista” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 88).

Cabe ressaltar que tal entendimento de Estado está baseado na definição explicitada por Netto (1996, p. 22), onde

o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Portanto, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 101) afirmam que o Serviço Social “situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como

uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto a classe trabalhadora”. Ou seja, a burguesia utiliza de uma profissão institucionalizada, inserida dentro da burocracia do Estado, como suporte para ações de controle frente aos processos de mobilização dos trabalhadores, utilizando-se do caráter “educativo” dos assistentes sociais.

É importante ressaltar que o processo de reprodução das relações sociais contribui para o aumento da reprodução das contradições da sociedade. Entretanto, apesar de grande parte de seu trabalho ser resposta aos interesses da burguesia, o assistente social atua também em resposta às necessidades dos trabalhadores, buscando através das políticas públicas meios desses indivíduos acessarem recursos do Estado.

Não podemos esquecer que, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), o assistente social, como especialização do trabalho coletivo, está inserido em relações de compra e venda de sua força de trabalho, ou seja, ele também depende da venda de sua força de trabalho para sua própria reprodução social na sociedade capitalista. Isso implica em entendermos o assistente social como um trabalhador assalariado e o modo com o qual diferenciamos de uma atividade voluntária é justamente o fato da exigência da formação e qualificação profissional, além da própria condição de assalariamento.

Ressaltamos, a partir de Iamamoto e Carvalho (2014), que o profissional de Serviço Social não está diretamente inserido no processo de produção de mercadorias, mas sim no processo de reprodução social, ou seja, se enquadra no conjunto de atividades que mesmo não sendo diretamente produtivas, são fundamentais para tornar o trabalho produtivo mais eficiente, criando as condições favoráveis para a realização dos objetivos do capitalismo.

Embora a profissão não se dedique, preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 93).

Assim, Iamamoto e Carvalho (2014) vão tratar a função do assistente social como uma intervenção na realidade, esta que se mostra através dos conhecimentos adquiridos do profissional em sua formação, conhecimentos estes que serão

aplicados à realidade de cada usuário e até mesmo na realidade ao qual o profissional se insere, para então mediar as demandas a ele requisitadas.

Portanto, pensar o Serviço Social é pensar em um processo de mediação, visto o conflito de interesses do capital e do trabalho colocado para a profissão. Assim, tendo em vista que a reprodução dessas relações sociais compreende a vida cotidiana do indivíduo, ou seja, o trabalho, o lazer, a família, entre outros, esta reprodução toca na totalidade do cotidiano do ser humano.

Todavia, a classe trabalhadora também apresenta demandas para acessar tais necessidades de sobrevivência social, o que não quer dizer que todas elas são supridas, o que gera para o Estado uma exigência de medidas que garantam que o trabalhador tenha condições para vender sua força de trabalho. Dito isto, fica sob responsabilidade do Estado garantir com que a classe trabalhadora tenha condições para sua reprodução social dentro da lógica capitalista.

Assim sendo, Iamamoto e Carvalho (2014) vão dizer que através das políticas sociais o Estado vai tentar suprir algumas necessidades demandadas pelo trabalhador, necessidades que seu salário não consegue suprir.

Assim como os serviços sociais têm para os capitalistas um caráter complementar à reprodução da força de trabalho a menor custo, para os trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho. Ainda que complementares não significa que sejam absolutamente secundários, especialmente face à política de contenção salarial que mantém o salário real aquém do necessário à satisfação das necessidades básicas de reprodução da família trabalhadora, como alternativa para a elevação da taxa de lucro (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 110).

O processo de produção e reprodução do capital é algo que vai além do âmbito produtivo e torna-se social, como percebemos até o momento. Iamamoto e Carvalho (2014) irão relatar que não podemos falar de tal processo sem fazer referência às relações sociais que são estabelecidas a partir da produção e reprodução do capital.

As relações sociais em uma sociedade capitalista se estabelecem em meio a conflitos, já que existem interesses antagônicos entre empregado e empregador. Assim, quanto mais se enriquece o empregador, mais explorado é o trabalhador (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

No que tange as relações sociais, podemos compreender então que há uma relação entre capitalista e trabalhador, em que a classe trabalhadora se encontra em uma posição de subordinação, pois ela depende de seu empregador para ter seu

salário (resultado da venda de sua força de trabalho), para então satisfazer suas necessidades enquanto indivíduo inserido em uma sociedade capitalista. No entanto, “o modo capitalista de produzir supõe, pois, um ‘modo capitalista de pensar’, que expressa a ideologia dominante, na sua força e nas suas ambiguidades” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 115).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), é importante pensar que essa lógica de submissão nas relações de trabalho implica em um consenso no modo de pensar, conformando em um “modo de pensar capitalista”. Desta forma, são necessários mecanismos para reproduzir a lógica dominante e até mesmo controlar socialmente tal pensamento, ou seja, “é indispensável um mínimo de unidade na aceitação da ordem do capital pelos membros da sociedade, para que ela sobreviva e se renove” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 115).

O Estado, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), vai ser um grande agente para essa forma de controle social, que é o controle da reprodução da lógica capitalista na sociedade. Entretanto, o Estado irá utilizar

o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 116).

Sendo assim, o assistente social consegue, portanto, interferir na forma como seu usuário irá enxergar a sociedade. Todavia, é válido ressaltar que não há apenas um modo de pensar na sociedade, mas a ideologia capitalista está em constante luta para a busca de manutenção de sua ordem social.

O Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho, portanto se torna instrumento na execução de políticas sociais com objetivo de controle social, já que esta profissão possui técnicas legitimadas para tal. As políticas sociais passam a ser implementadas, na perspectiva das classes dominantes, não com o objetivo de ascensão ou transformação social dos indivíduos, tem apenas o objetivo de

contorno político dos “problemas sociais”, abafando, momentaneamente, as tensões e estabelecendo ou fortalecendo vínculos de dependência da população carente com o Estado através das instituições de cunho assistencial ou previdenciário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 130).

Logo, quem vai mediar esta relação entre a população e as políticas sociais, através das instituições do Estado, é o assistente social, que, através dos serviços

ofertados, vai identificar os indivíduos elegíveis a determinados benefícios sociais liberados pelo Estado em forma de serviços, programas e benefícios sociais.

Assim, o assistente social

dispõe de um poder, atribuído institucionalmente, de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando, entre os elegíveis, os mais necessitados, devido a incapacidade da rede de equipamentos sociais existentes de atender todo o público que, teoricamente, tem acesso a eles (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 121).

Para Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social dentro desta totalidade nos faz entender a profissão sob alguns ângulos que se expressam através do profissional, que tem, por um lado, uma realidade vivida, que vai ser possível de se identificar pela sua consciência, através do discurso teórico-metodológico adotado em seu dia a dia; por outro lado, a direção social adotada pelo assistente social diante das demandas socialmente determinadas nas atividades de seu trabalho.

Entretanto, é importante ressaltar que a compreensão da totalidade ou a posição que o profissional irá tomar não é garantia de uma tomada revolucionária ou conservadora, pois o Serviço Social é uma profissão criada para servir aos interesses do capital, assim, tendo uma posição de subordinação frente a ele.

Cabe ressaltar que o posicionamento político do assistente social irá refletir em seu trabalho de mediação, pois terá reflexos em sua atuação, já que o cotidiano apresenta diversas situações que irão demandar um posicionamento. Entretanto, segundo Iamamoto (2010), ainda que os profissionais do Serviço Social tenham uma autonomia relativa de seu trabalho, seguem articulados dentro de um conjunto de condições impostas por seu empregador, que reflete em suas possibilidades, ações e resultados.

Sintetizando: a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (Poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2010, p. 220).

Assim, torna-se importante dizer que nem sempre os posicionamentos seguidos terão traços marcados do Serviço Social, compreendido como uma categoria ligada

ao processo de reprodução social, já que devemos pensar em seu surgimento, contexto histórico e toda maturação teórica formada ao longo dos anos pela profissão, que reflete automaticamente em cada posicionamento tomado durante os anos.

2.2. APONTAMENTOS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A ligação direta entre o Serviço Social e o processo de reprodução da força produtiva do capital é algo que Paula (2016) irá abordar, falando sobre as relações que o profissional assistente social estabelece com o conjunto dos trabalhadores, sejam essas relações subjetivas, ou seja, que partem da individualidade ou do âmbito familiar de cada trabalhador; ou relações que envolvam o ambiente de trabalho e o próprio trabalho, já que tais relações se inserem nas demandas cotidianas da classe trabalhadora e, como dito anteriormente, no modo de vida ao qual o indivíduo está inserido, no caso em um modo de vida típico de uma sociedade capitalista.

Pensando a trajetória de desenvolvimento da profissão no Brasil, uma perspectiva de compreensão do Serviço Social posicionado em defesa da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora não é algo que sempre esteve presente nos debates da profissão. Como já retratado acima, o Serviço Social é uma profissão que em vários momentos da história, sobretudo remetendo ao processo de sua institucionalização, se alinhou a pensamentos e ideologias da classe dominante e foi somente após os anos de 1960 que a categoria passa a desenvolver um debate de renovação, que se estendeu pelos anos subsequentes (PAULA, 2016).

A percepção desse vínculo estabelecido entre o Serviço Social e as elites burguesas de nosso país é fundamental para que se possa perceber como as estratégias sociopolíticas desenvolvidas por esses grupos em prol da manutenção dos seus interesses, ou seja, de seus projetos societários, influenciaram decisivamente os caminhos históricos da nossa profissão (PAULA, 2016, p. 130).

Portanto, Paula (2016) irá destacar o vínculo do Serviço Social com os projetos societários em vigência, ou seja, a profissão se alia a determinados grupos e seus interesses, assim como se alinhou a burguesia, o que fez com que compartilhasse de seus ideais e trabalhasse para a manutenção de seus interesses. Segundo Netto (2006, p. 2),

os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade.

Ainda seguindo a reflexão de Netto (2006), nem sempre temos a presença de um único projeto societário, podendo ter vários, estabelecendo assim uma disputa desses projetos. E ainda mais podendo ocorrer alterações em tais projetos, já que os mesmos podem sofrer influência da conjuntura. Ainda assim,

nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder. É claro que esta dimensão não pode ser diretamente identificada com posicionamentos partidários, ainda que se considere que os partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo (NETTO, 2006, p. 3).

Entretanto também temos os chamados projetos profissionais, que Netto (2006, p. 4) vai caracterizar da seguinte forma:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Portanto, segundo Netto (2006), são os projetos profissionais que refletem os posicionamentos, direcionamentos e valores ao qual o coletivo profissional tende a aderir, o que implica também na posição política que os profissionais estão hegemonicamente assumindo. Importante ressaltar que nem toda direção política é totalmente acordada ou consensuada, visto que há sempre uma disputa constante pelo direcionamento no âmbito da categoria profissional.

Neste sentido, Paula (2016, p. 132) coloca que “a existência de determinado projeto profissional hegemônico não elimina a existência de outros projetos”, por este motivo falamos em disputas de projetos, já que os defensores de cada direção política estão sempre em debates e colocando pautas para que consigam colocar seu projeto à frente.

Contudo, Paula (2016) pontua que apenas um projeto fica em vigência, enquanto os demais ficam na posição de disputa, podendo entrar em vigência posteriormente. Portanto, temos o que chamamos de hegemonia, esta que,

obtida por determinado projeto deve ter como princípio o respeito ao pluralismo – que não pode ser confundido com ecletismo – e as disputas devem se dar através do confronto de ideias, nunca por meio de processos excludentes ou coercitivos (PAULA, 2006, p. 132).

Assim, com o quadro de projetos em debate, temos que ter em mente, como colocado por Paula (2016), que os projetos, como por exemplo o profissional, podem contestar ou não, o projeto societário hegemônico. Pois um projeto profissional não tem por obrigação estar alinhado ao societário, permitindo a existência daqueles que se colocam na direção contrária à direção ao qual o projeto hegemônico de sociedade está.

Posto estes elementos, Iamamoto (2010, p. 226) nos chama atenção ao cuidado diante do pluralismo, visto que o mesmo se move nos limites do campo democrático,

que supõe o reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído. Essas tendências regressivas apontam para um retorno ao passado profissional, já submetido ao crivo da crítica de caráter teórico-metodológico e ético-político.

Netto (2006) conclui que o Serviço Social no Brasil se vinculou aos interesses da classe dominante, descrevendo que os projetos societários são nada mais que projetos de classe, orientados por uma dinâmica social. Paula (2016), na mesma direção, destaca que desde o surgimento da profissão no país, na década de 1930, até meados da década de 1960, a orientação política foi hegemônica por projetos profissionais vinculados aos interesses burgueses.

Foi durante a conjuntura de redemocratização da sociedade brasileira, com a crise do regime ditatorial – que durou formalmente de 1964 à 1985 – na segunda metade dos anos de 1970, período marcado pela retomada das mobilizações do movimento sindical e popular, que podemos ver as bases que levariam à crítica e transformação do Serviço Social tradicional no país.

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionam a crise da ditadura do grande capital. (...) É no quadro dessas

profundas modificações por que passou a sociedade brasileira, que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas, cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 70. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social brasileiro, exigindo novas respostas profissionais (IAMAMOTO, 2010, p. 223).

Portanto, analisando este contexto de emergência popular que pensamos o surgimento da chamada Intenção de Ruptura com o Conservadorismo da profissão², onde a categoria passa a questionar o projeto profissional em vigência. Neste sentido, vemos que “é possível que um determinado projeto profissional conquiste a sua hegemonia em meio à categoria profissional e perante a sociedade, contestando a ordem vigente” (PAULA, 2016, p. 133).

Netto (2015) retrata ainda que a Intenção de Ruptura não é algo que surge apenas dos sujeitos que participam diretamente do movimento, já que expressa não

um puro resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira no período de que nos ocupamos. Expressa-as, como as outras correntes e naturalmente, do mofo mediatizado e complexo que é próprio das configurações ideoculturais e profissionais: através de condutos e formas específicos que viabilizam a relação viva entre classes e forças sociais, projetos societários, instancias de produção e divulgação do saber, organismos de intervenção social etc. (NETTO, 2015, p. 326).

Portanto, é nos anos pós-1970 que, segundo Paula (2016), o Serviço Social começou seu questionamento quanto a hegemonia de seu projeto profissional, até então vinculado à burguesia. Tal debate surge em decorrência de um contexto de

² “(...) esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-1964, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro. Especialmente, ela toma forma pela elaboração de quadros docentes e profissionais cuja formação se deu entre as vésperas do golpe e a fascistização assinalada pelo AI-5. Na sua evolução e explicitação ela recorre progressivamente à tradição marxista e revela as dificuldades da sua afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa: sua emergência inicial, na primeira metade da década de 1970, permaneceu por longos anos um signo isolado. À medida que avança a crise da ditadura, e o “marxismo acadêmico” a que aludimos se desenvolve, ela se adensa, sobretudo enquanto padrão de análise textual; quando a autocracia burguesa entra na defensiva e se processa a transição democrática, ela empolga vanguardas profissionais, fortemente mesclada ao novo irracionalismo. Na primeira metade dos anos 1980, é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressoante na relação entre esta e a sociedade – e de forma tal que fornece a impressão de possuir uma incontestada hegemonia no universo profissional” (NETTO, 2015, p. 206-207).

“efervescência” política, visto o processo de redemocratização ao qual o Brasil estava passando, o que ocasionou a volta da movimentação sindical, popular e de organização de movimentos sociais.

É importante ressaltar que a adoção de um projeto profissional que contestasse a ordem societária vigente não foi de todo um consenso entre a categoria e sim um movimento de construção e debates, que possibilitou ainda mais contradições. Por isso, destaca-se que não será uma profissão que romperá com a dinâmica social e econômica estabelecida, ainda que esta atue em um movimento contrário ao projeto societário no momento presente.

Relevante é notar, no caso particular do Serviço Social - à diferença de outras configurações ideoculturais que sustentam práticas profissionais -, o traço ardiloso com que o processo histórico brasileiro revestiu a oportunidade da emergência, no terreno das representações e práticas profissionais, da expressão e interesses de classes que se moviam visando a uma democratização essencial da vida social (NETTO, 2015, p. 326).

Por esse motivo, cabe pensar na situação da classe trabalhadora, que sobrevive da venda da sua força de trabalho, a qual gera meios – salário – para o trabalhador viver em meio a uma sociedade baseada no capital. Assim, os indivíduos passam a depender totalmente da venda de sua força de trabalho, pois através do salário que o trabalhador irá obter a satisfação de necessidades básicas para sua reprodução social, tais como alimentação, moradia, educação, entre outros.

Em função disso, se torna possível perceber ao longo das décadas de 1960 e 1970, uma aproximação do Serviço Social com as pautas da classe trabalhadora. Assim, a profissão no Brasil “redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo” (IAMAMOTO, 2010, p. 225), o que torna a profissão vulnerável “a vontades sociais (de classe) que indicavam a criação, no marco profissional de núcleos capazes de intervir no sentido de vinculá-lo a projeções societárias pertinentes às classes exploradas e subalternas” (NETTO, 2010, p. 327).

Sendo assim, vemos o Serviço Social demonstrando, segundo Paula (2016, p. 149), um compromisso com a classe trabalhadora, expresso “com valores emancipatórios, apontando na direção da ruptura com a ordem burguesa”. Isto decorre de um amadurecimento de seu Projeto Ético-Político, que tem no estímulo à

produção de conhecimentos acerca da profissão de Serviço Social, o fortalecimento de seu projeto.

Todavia, não somente a produção teórica traz essa consolidação do Projeto Ético-Político, mas também as instituições político-organizativas (PAULA, 2016), sejam elas sindicais, associações, fóruns, entre outros. E a dimensão jurídico-política, que, conforme Paula (2016), se expressa no Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social.

A partir da consolidação do Projeto Ético-Política da profissão, abre-se a possibilidade do assistente social pensar em alternativas de intervenção, de utilização de instrumentos e técnicas que vão além da execução de programas e políticas sociais direcionados a sanar necessidades mais objetivas de reprodução da força de trabalho do público usuário dos serviços.

2.3. ALIENAÇÃO, VIDA COTIDIANA E SUBALTERNIDADE: O LUGAR DOS USUÁRIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Na atual conjuntura é possível enxergar diversas violações de direitos da classe trabalhadora e percebemos que uma parcela da sociedade, principalmente aquela que se encontra em situação com expressões da questão social, se revela alvo de tais violações.

Neste sentido, iremos fazer apontamentos sobre o lugar destes sujeitos na sociedade capitalista, uma vez que conformam o público alvo das políticas, programas e serviços executados e geridos pelo profissional assistente social. Tendo o entendimento deste lugar dos usuários das políticas sociais na sociedade, é possível construir possibilidades para que estes tenham consciência de sua realidade social, que muitas das vezes envolvem algum tipo de violação, para que então estes sujeitos busquem meios de resistência. Dessa forma, para Scherer (2013, p. 53-54), isso se torna fundamental para que

possam ter ciência de seus processos de violação, para que consigam buscar mecanismos de garantia desses direitos. Para isso, necessitam de espaços de vocalização, ou seja, formas de expressão de suas demandas, bem como espaços de valorização de suas potencialidades, evidenciando para a sociedade todos os processos que têm tido protagonismo, bem como expressando as suas reais necessidades.

Portanto, percebe-se que, assim como Scherer (2013) segue relatando, é também no sistema capitalista o lugar em que toda a lógica se permeia pelo que chamamos de lógica da mercadoria, onde tudo que consiste na vida do ser humano passa a ser, ou pelo menos tenta ser, transformado em moeda de troca, ou seja, mercadoria.

Assim, “o sistema capitalista transforma tudo o que cerca o homem em mercadoria, em algo externo ao homem, estranho a ele” (SCHERER, 2013, p. 55), alienando assim o homem em todos os âmbitos de sua vida. Deste modo, toda a produção de mercadoria, segundo o pensamento marxista, se torna um meio de alienação. Visto que, segundo Barroco (2010, p. 33), “em face da apropriação privada dos meios de produção e das formas pelas quais se objetiva a (re)produção da vida social, o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras”. Ou seja, na sociedade capitalista o trabalho aparece como um elemento alienador do indivíduo, já que o mesmo está presente na vida em sociedade.

Neste sentido, pode-se dizer, então, que o trabalhador se aliena em um processo que não somente traz o caráter alienador, como também traz a ele, enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade, suas características humanas. Pois é na alienação que “o homem é roubado de si mesmo, perdendo-se no trabalho, quando deveria se identificar” (SCHERER, 2013, p. 55), já que o homem passa horas de seu dia no trabalho ao invés de buscar atividades que o fizessem identificar consigo mesmo, se encontrar enquanto indivíduo.

Assim sendo,

A coisificação das relações sociais e a transformação da riqueza humana, ou seja, do produto material e espiritual da práxis, em objetos estranhos e dotados de uma vida própria, que aparecem aos homens como um “poder” que os domina, propiciam que os valores tomam a forma de coisas que valem independentemente da atividade humana (BARROCO, 2010, p. 35).

Já que para o capital, a coisificação das ações humanas, independente das finalidades, visto que “a alienação possibilita uma disseminação dos ideários capitalistas” (SCHERER, 2013, p. 56), pois assim o pensamento do homem não irá superar a realidade imediata ao qual ele está inserido. Assim, o pensamento alienador irá impossibilitar o pensar crítico do indivíduo, explicitando assim a relação de dominação que é exercida entre a classe dominante, capitalista, e a classe trabalhadora. Assim,

a alienação penetra o conjunto das relações sociais. Manifestando-se primeiramente nas relações de trabalho (entre o trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos), a alienação marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade – esta e seus membros movem-se numa cultura alienada que envolve a todos e a tudo: as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social (NETTO; BRAZ, 2012, p. 45).

Portanto, é partindo destes conceitos que podemos compreender a lógica capitalista permeada pela coisificação das relações, esta que transforma tudo em mercadoria.

o processo de alienação é um processo de dominação, em que uma classe se apropria da vida humana, separa a dimensão humana do homem, para melhor dominá-la, sempre tendo como finalidade o lucro, a geração de excedentes (SCHERER, 2013, p. 57).

Podemos dizer que, “a alienação se (re)cria em novas formas, que invadem todas as dimensões da vida social e a objetificação do ser social” (BARROCO, 2010, p. 35). Desta forma, a alienação vai limitar o pensamento do homem, garantindo com que o ideário da hegemonia dominante prevaleça na sociedade. Ou seja, a alienação limita o pensamento crítico do homem, não permitindo que o indivíduo reflita sobre a realidade em que está inserido.

É importante ressaltar que em uma sociedade capitalista o objetivo sempre será a obtenção de lucro, assim a alienação cumpre uma função fundamental neste processo, já que uma classe consegue se apropriar de outra através da alienação, demonstrando relações de “poder” entre as classes (SCHERER, 2013).

Assim sendo, é no capitalismo que o ser humano tem sua vida apropriada enquanto mercadoria, tocando até mesmo os aspectos de sua vida individual, em que o mesmo deveria ser protagonista de si, todavia, através da alienação, este passa a ser dominado.

No que se trata de alienação podemos apontar que,

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. Isso porque o homem da vida cotidiana é atuante e fluido, ativo e receptivo, mas não tem tempo nem possibilidades de se absorver inteiramente em nenhum destes aspectos, por isso não pode aguçá-lo em toda a sua intensidade. Desta forma, o pensamento cotidiano apresenta-se repleto de pensamentos fragmentários, de material cognoscitivo e até juízos que nada têm a ver com suas objetivações coisificadas, mas referem exclusivamente a nossa orientação social (Heller, 1989) (SCHERER, 2013, p. 58).

Se entendemos que a vida cotidiana é o dia a dia do homem, então percebemos ela expressa em diversas áreas da vida, desde uma atividade completamente rotineira a um momento de lazer. Assim,

a vida cotidiana é também vista como um espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo de repente descoberto num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma modificada (NETTO; CARVALHO, 2012, p. 14).

Desta forma, entendemos que a vida cotidiana é algo insuprimível, pois não existe indivíduo que não tenha vida cotidiana, mesmo que elas se diferenciem em cada pessoa, elas existem. Assim como afirma Lukács (apud NETTO; CARVALHO (2012, p. 67),

se em toda sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a estrutura de vida cotidiana é distinta quanto ao seu âmbito, aos seus ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes etc.) em face da cotidianidade.

Vale ressaltar que a vida cotidiana é heterogênea, isto quer dizer, a partir de Scherer (2013), que o homem terá que lidar com várias situações e áreas da vida de forma simultânea. Todavia, o mesmo não terá, em seu dia a dia, tempo para refletir sobre cada uma das situações. Assim, não propiciando o pensamento crítico do Homem.

Todavia, existem formas de se elevar a vida cotidiana, ou seja, ir além da alienação ao qual a cotidianidade propõe. Formas estas que, segundo Scherer (2013), podem ser o trabalho, a arte, a ciência e a moral, produzindo o que é chamado de processo de homogeneização.

Os processos de homogeneização significam a concentração de toda a atenção sobre uma única questão e a suspensão de qualquer outra atividade durante a execução da tarefa anterior, sendo empregada a inteira individualidade humana na resolução desta tarefa, sendo realizada de forma consciente enquanto indivíduo, e não de forma arbitrária (Heller, 1989) (NETTO; CARVALHO, 2012, p. 59).

Portanto, os indivíduos não conseguem lidar com mais de um aspecto dentro do conceito da homogeneização, focando em apenas um, este que irá propiciar tal elevação ao cotidiano. Entretanto, mesmo com a suspensão do cotidiano, a vida cotidiana permanece ineliminável, visto que esta suspensão é apenas um momento de elevação e reflexão do indivíduo.

Entendendo, portanto, que “a dominação não se dá somente ao âmbito econômico, mas também no cultural, pois é por meio da cultura que se constitui a condição de alienação” (SCHERER, 2013, p. 69), vemos que a cultura é um importante meio de se obter uma hegemonia de ideias dentro de uma sociedade.

Desta forma temos uma hegemonia que fortalece as ideias da classe dominante de uma determinada sociedade, neste caso nos referimos ao capitalismo e à classe burguesa, que segundo Scherer (2013) utiliza da mídia para reforçar essa hegemonia e reproduzir seu processo de alienação.

Logo, a necessidade de uma contra-hegemonia é colocada, com o sentido de “romper com os processos de alienação através de práticas libertadoras, em que os indivíduos possam expressar as suas reais necessidades” (SCHERER, 2013, p. 70). Neste sentido, a superação da alienação em que sujeitos estão imersos encontra nos processos de organização da cultura, ou seja, de cultivar uma cultura crítica, as possibilidades de construção de uma reflexão profunda da realidade social.

Assim, organizar a cultura dos sujeitos da sociedade implica em organizar o senso comum, isto é, organizar de forma crítica aquele modo de viver e de pensar do cotidiano, acrítica e “desorganizada”. Em contrapartida, temos o bom senso, este que proporciona um movimento crítico ao pensar temas e debates presentes na vida cotidiana (DURIGUETTO, 2014), além de dar base para se conceber uma nova hegemonia, conforme afirma Scherer (2013).

Assim, uma visão crítica diante da sociedade, que pode servir de base para a construção da contra-hegemonia, que exige dos indivíduos uma nova forma de pensar, que não seja a lógica do capital, exigindo uma mudança cultural na sociedade.

Para seguir a caracterização dos sujeitos que se conformam como público do trabalho profissional do assistente social, recorreremos a Yazbek (1993) e a definição que ela toma de Gramsci de grupos subalternos, entendidos como a parte mais empobrecida da classe trabalhadora. Visto que, na sociedade capitalista, a pobreza se constitui enquanto parte de sua vivência, Yazbek (1993) afirma que esta não é apenas material, onde se tem uma renda limitada, mas algo que afeta também a subjetividade dos indivíduos, isto é,

do ponto de vista da exclusão e da subalternidade, a experiência da pobreza constrói referências e define “um lugar no mundo”, onde a ausência de poder de mando e decisão, a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição ocorrem simultaneamente a práticas de resistência e luta (YAZBEK, 1993, p. 63).

Cabe ressaltar que quando falamos da classe trabalhadora em um lugar de pobreza, entende-se, segundo Yazbek (1993), que existem fatores que se diferenciam dentro desta classe. Assim,

partimos do pressuposto de que a exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que o segmento das classes subalternas que recorre à assistência social ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo de poder (YAZBEK, 1993, p. 66).

Destacamos aqui que a pobreza medida através de indicadores de renda tem múltiplos efeitos da vida social dos indivíduos, pois “interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros” (YAZBEK, 1993, p. 62). Assim, a pobreza alcança todas as áreas da vida dos homens, seja o “plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência” (YAZBEK, 1993, p. 63).

Assim, se pensarmos nessa subalternidade em que muitos sujeitos se encontram, vemos que o capital está muito longe de suprir as necessidades de sobrevivência desses sujeitos, o que levou à formulação de respostas a essas necessidades apresentadas.

Logo, partindo do entendimento de que a pobreza e a exclusão que ela causa são expressões da questão social no capitalismo, entendemos que as políticas sociais são respostas que serão implementadas como um conjunto de medidas para atenuar a condição social e econômica dos subalternos, sobretudo a política de assistência social.

Justifica-se a referência à política de assistência social no Brasil pela grande inserção do Serviço Social e o grande impacto recente dos programas de transferência de renda implementados e expandidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), conformando um campo amplo e contraditório de atuação, com seus limites e possibilidades.

No caso da Política de Assistência social, está atravessada por relações patrimonialistas hierárquicas, autoritárias e tuteladoras, sendo o Estado praticamente “cooptado” pela burguesia, prevalecendo práticas assistencialistas, ancoradas no clientelismo, no primeiro-damismo, na filantropia e na benemerência (MOLJO, PARREIRA, RAMOS, 2019, p. 145).

Ou seja, não podemos olhar para as políticas sociais sem antes olhar para o histórico social do Brasil, em que características da formação sócio-histórica do país, desde sua colonização até mesmo os dias atuais, influenciam diretamente na

dinâmica da vida política e institucional, inclusive na implementação das políticas sociais (MOLJO, PARREIRA, RAMOS, 2019).

Todavia, foi na Constituição de 1988, a chamada constituição cidadã, que fôrmou-se no Brasil um pilar de políticas sociais mais bem estruturados, onde “a assistência social passou a integrar o tripé da seguridade social, juntamente com a previdência social e a saúde, adquirindo um status de política pública” (MOLJO, PARREIRA, RAMOS, 2019, p. 146)

Isto é, somente em 1988 que as políticas de assistência, previdência e saúde deixaram o caráter de filantropia, ajuda e caridade, para abarcarem as políticas que compunham o Estado. Assim, deixando de ser responsabilidade da sociedade civil, para responsabilidade do Estado. Portanto, agora os subalternos passavam a serem vistos por aqueles que obtinham poder no país, isto é, os capitalistas.

Entretanto, não devemos descartar que tais políticas apresentavam características que beneficiavam o capital, pois importa ao capitalista um exército industrial de reserva que seja mantido e em condições de trabalho, caso necessário utilizá-los.

Partimos do pressuposto de que exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que o segmento das classes subalternas que recorre à assistência social ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo do poder (YAZBEK, 1993, p. 66).

Neste sentido, aqueles que utilizam da assistência social passam a ter um lugar marcado na sociedade, um lugar de exclusão e subalternidade, que em muito irá determinar sua condição de vida e sua particularidade no âmbito da classe trabalhadora. Pois,

do ponto de vista cultural, são realidades que se interpenetram sem linhas rígidas de demarcação, mas, de qualquer modo, é possível observar nelas que as ações e as representações dos subalternos correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam nas relações sociais de classe (YAZBEK, 1993, p. 66-67).

Assim dizendo, existe uma inclusão pela exclusão, segundo afirma Yazbek (1993), uma participação por sujeitos que não usufruem nem do mínimo de riquezas que a sociedade produz, apenas para manutenção da força de trabalho.

Todavia, essa exclusão não apenas econômica, mas também cultural e subjetiva, visto que há um processo de interiorização dessa exclusão nos sujeitos que a sofrem, pois “supõem o nível cultural” dos mesmos (YAZBEK, 1993).

Neste sentido, Yazbek (1993) irá afirmar que existe uma relação entre as condições materiais desses indivíduos com suas experiências subjetivas, históricas e culturais.

Numa sociedade marcada pela exclusão, as precárias condições de vida das classes subalternizadas estão carregadas de um patrimônio social e de relações sociais que, muitas vezes, vão cunhar e reiterar o lugar social subalterno (YAZBEK, 1993, p. 73).

Portanto, entendendo o lugar social ao qual esses indivíduos estão inseridos, fazem-se necessários instrumentos de representação cultural dos subalternos, cabendo às expressões artísticas também representar na sociedade esses sujeitos, não de forma a conservar tal relação de subalternidade, mas proporcionando formas de resistência e crítica à realidade social em que está inserido.

Dessa forma,

As contraditórias necessidades sociais do capital e do trabalho geram demandas para os assistentes sociais expressas em diversas formas de requisição da intervenção profissional, mediatizadas pelo mercado de trabalho dessa categoria. Tais requisições e os espaços ocupacionais que as mediatizam não esgotam as possibilidades da intervenção profissional, mas representam, como foi assinalado, referências fundamentais para uma apreensão das condições socioinstitucionais de redefinição da função pedagógica do assistente social, em face dos interesses de classe em confronto (ABREU, 2018, p. 232-233).

Assim, a função pedagógica, conforme Abreu (2018), se torna mais uma possibilidade de intervenção do assistente social no que se refere no seu fazer profissional. Pois, em meio a contradição entre capital e trabalho em que a vida cotidiana é permeada, o assistente social encontra oportunidades de promover a reflexão crítica e exercer uma de suas funções enquanto profissional inserido no mercado de trabalho.

2.4. A ARTE ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO ASSISTENTE SOCIAL

A partir do que vem sendo construído no trabalho até aqui, percebemos que uma das funções ao qual o assistente social pode assumir para contribuir no processo de organização da cultura é a função pedagógica que pode exercer junto aos usuários das políticas sociais, aos subalternos. Tal função “inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras de cultura, ou seja, atividades

formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 01).

Abreu e Cardoso (2009) se baseiam nas elaborações do marxista italiano Antônio Gramsci, para quem as relações sociais em si são fundamentalmente pedagógicas, o que diante de uma relação entre assistente social e usuário, se torna extremamente estratégico, já que o contexto social possibilita abordagem de variados assuntos que envolvam a sociabilidade dos indivíduos. Abreu (2002, p. 19) afirma que “o princípio educativo na formulação gramsciana consubstancia-se na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe”.

Assim, é importante ressaltar que “as relações pedagógicas que se estabelecem nessas mediações, concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica” (ABREU, 2002, p. 18), portanto, são nos espaços do cotidiano que essa mediação acontecerá. No que tange ao profissional de Serviço Social, entendemos, a partir do debate de Paula (2016, p. 174), que “as estratégias político-profissionais são mediações que se constroem entre determinado objetivo profissional e as táticas técnico-operacionais”, assim a utilização de instrumentos e técnicas seriam as mediações entre o objetivo ético-político profissional e o exercício do assistente social propriamente.

Esse trabalho destaca como “a prática do assistente social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia” (ABREU, 2002, p. 18). Assim sendo, o assistente social passa a ter um “poder” de influência em seus usuários, pois, se a prática pedagógica permite ao profissional incidir sobre a dimensão político-ideológica do usuário, logo, a perspectiva de intervenção que isso será realizado vai influenciar diretamente no modo de vida e no modo de pensar do indivíduo atendido.

Algumas estratégias podem ser abordadas, segundo Abreu e Cardoso (2009, p. 5), podendo ser ligadas a uma “necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade” ou estratégias ligadas a “necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital”.

Logo,

Esta tendência vem plasmando práticas dos assistentes sociais integradas às mediações efetivadas pelas políticas sociais estatais e privadas e pelas políticas de gestão e consumo da força de trabalho, enfeixadas por programas participativos que atravessam a sociedade civil (ABREU, 2018, p. 233).

Assim, vemos que o assistente social tem seu trabalho mediado por uma dialética, que segundo Abreu (2018), ele atua na conciliação de interesses das classes sociais, pois existe uma luta de resistência por parte da classe trabalhadora, especificamente dos grupos subalternos – que estamos tratando no trabalho –, frente aos interesses da classe dominante.

No que se refere à prestação direta de serviços e benefícios sociais, prosseguindo com o raciocínio sob a ótica dos interesses do capital, entendo que essa reatualização traduz-se, grosso modo, na tendência de manter a função pedagógica do assistente social vinculada, predominantemente, ao trato de manifestações da questão social, materializadas nas condições de vida e trabalho das classes subalternas, a partir de uma combinação entre tradicional enfoque de natureza psicossocial e as atuais exigências de produtividade e qualidade (ABREU, 2018, p. 233).

Ou seja, não se trata apenas de uma concessão de benefícios com a lógica da ajuda, mas sim permeada pelos interesses capitalistas, onde se torna necessário que o trabalhador esteja cada vez mais preparado para o mercado de trabalho, ainda que mantido como força de trabalho compondo o exército industrial de reserva. O que, conforme Abreu (2018), exige do assistente social determinadas competências e apresenta demandas que são historicamente requisitadas na profissão.

Quanto aos programas estatais, essa reatualização da função pedagógica tradicional vincula-se à necessidade de administração das lacunas e defasagens presentes no desempenho institucional para garantir, minimamente, o atendimento das demandas por serviços sociais, considerando a contradição entre a redução dos recursos públicos e o agravamento das condições de vida dos usuários desses serviços, bem como a fragmentação e refluxo de suas formas de luta e pressão política (ABREU, 2018, p. 235).

Abreu e Cardoso (2009) destacam perspectivas que podem ser assumidas pelo perfil pedagógico do Serviço Social, de acordo com a perspectiva do projeto profissional assumido pela categoria: da ajuda ou da participação.

O eixo da ajuda é muito marcado pela “ajuda psicossocial individualizada”, que trata de “um tratamento prolongado e intensivo, centrado no desenvolvimento da personalidade, com vistas na capacitação do indivíduo para o ajustamento ao mundo que o cerca” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 5). Ou seja, um eixo que apresenta um

moralismo supostamente necessário para adequação do trabalhador no modo de produção capitalista.

Já o eixo da participação se apresenta com uma integração ao desenvolvimentismo, muito atrelada ao contexto político e social de meados dos anos de 1950 e 1960, onde se destaca uma ajuda psicossocial, assim como trabalhos com uma estratégia voltada aos subalternos, conforme afirmam Abreu e Cardoso (2009).

Neste sentido, Abreu (2002) vai destacar que a perspectiva da ajuda foi muito disseminado a partir dos anos de 1930 em países tidos como desenvolvidos, dando destaque para o *Welfare State*³, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. O que difere da perspectiva da participação, que foi bem disseminado nos países da América Latina e com um potencial de aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais, visto a participação popular nas lutas, sobretudo nos anos de 1980, onde ocorreram alguns movimentos de redemocratização, processos estes que levou uma aproximação do Serviço Social a uma crítica ao conservadorismo.

Cabe colocar que o processo de consolidação da perspectiva participativa, após os anos de 1980, possibilitou grandes influências no que se refere ao âmbito profissional, pois o Serviço Social no Brasil se aproximou dos movimentos sociais, segundo Abreu e Cardoso (2009).

Esses processos influenciam a inserção crítica de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais da prática profissional e apontam a perspectiva de inserção profissional em espaços que se criam/recriam no contexto das lutas sociais das classes subalternas, com a abertura de possibilidades de inserção e legitimação da atuação profissional em instituições de formação e organização política dos trabalhadores, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais e organizações não governamentais (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 8).

³ A experiência do *Welfare State*, segundo Clarke (1991, p.118), concretiza a visão social-democrática de uma sociedade mediante combinação do dinamismo econômico do capitalismo com valores políticos do socialismo. Esta mesma linha de interpretação parece ser adotada por Przeworski (1991), na medida em que considera essa experiência como a forma mais acabada do chamado capitalismo democrático e, talvez, a expressão de que a social-democracia, bem ou mal, representa a única força de esquerda capaz de enumerar um elenco de reformas em favor dos trabalhadores, sendo também reveladora, para outros estudiosos, da introdução do modo de produção social-democrático no contexto da sociedade capitalista (Oliveira, 1998a). Portanto, como concretização da vertente reformista do projeto social-democrático, nos países desenvolvidos, constitui-se um ordenamento societário sob o controle do capital, configurando o que se convencionou chamar de terceira via, frente ao fascismo e ao bolchevismo. (ABREU, 2018, p.83)

Neste sentido, temos uma maior aproximação do assistente social para com o usuário, visto que o profissional passa a se inserir em locais que também estão no cotidiano do usuário, possibilitando assim um trabalho pedagógico do assistente social com os indivíduos, seja em ambiente ocupacionais tradicionais ou demais ambientes em que o profissional tenha como local de exercício de seu trabalho.

Além disso, temos o que Abreu (2018) vai chamar de perspectiva emancipatória, onde os profissionais apresentam aos usuários uma politização diante da realidade em que são colocados, e que tem como instrumento a resistência política, para garantia de direitos, promovendo, portanto, a autonomia e independência dos sujeitos.

São nessas relações entre o assistente social e o usuário das políticas e serviços, a partir de uma dimensão pedagógica do profissional, com uma determinada direção ético-política, que incluímos a arte no processo de mediação do exercício profissional.

Se entendermos a arte como um processo de expressão da realidade, como colocado por Chauí (2000), o assistente social utiliza a arte para

ultrapassar o nível da imediatividade, possibilitando processos reflexivos de conhecimento da conjuntura social, adentrando em questões de natureza ontológica e humano-genéricas, visando o desenvolvimento e fortalecimento das capacidades criativas em um trabalho que tenha como horizonte a práxis social (COSTA, 2013, p. 35).

É neste sentido que vemos a arte como mediação para o assistente social, visto o caráter interventivo da profissão, ela se mostra, portanto, com grande potencial diante do contexto ao qual o profissional se insere, o uso da criatividade, pois as

mediações que exercitem a sensibilidade e a criação podem propiciar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício de algumas atribuições ou competências que precisam ser solidificadas na formação (PRATES, 2007, p. 223).

Permitindo tal exercício criativo para as mediações, movimentos de maior sensibilidade e totalidade para com os usuários, este movimento buscado pelos assistentes sociais. Além de proporcionar, segundo Prates (2007), um maior entendimento da questão social, a arte também proporciona um entendimento do contexto ao qual os usuários se inserem.

De acordo com Costa (2013, p. 32),

as mediações são instâncias de passagem da teoria para a prática. (...) Elas são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude.

Assim sendo, o uso de expressões artísticas, como o teatro, a música, a literatura, entre outros, proporciona aos profissionais do Serviço Social uma interpretação e perspectiva de um outro lugar, o do usuário, proporcionando uma alternativa de visão do sujeito. Em outras palavras, a arte proporciona meios de viabilizar essas interpretações e perspectivas críticas acerca da realidade social aos usuários das políticas.

Portanto, compreendendo esta perspectiva que a arte proporciona ao Serviço Social, cabe ao profissional trabalhar com a arte seguindo uma finalidade, que em sua maioria será a de compreensão e consolidação das políticas públicas, sociais e a garantia de direitos. Conforme Torres (2009), utilizando do que pode ser chamado de dimensão socioeducativa ou, como temos referenciado no trabalho, sua função pedagógica.

Torres (2009, p. 18) coloca alguns fatores importantes para o assistente social em relação ao trabalho socioeducativo, que "requer do assistente social uma leitura fundamentada do projeto ético-político, da realidade social constitutiva do exercício profissional", pois assim o profissional conseguirá identificar as demandas colocadas diante da realidade posta no seu cotidiano profissional e podendo responder de forma crítica e objetiva ao usuário.

Um dos principais ganhos do trabalho socioeducativo é que, no processo metodológico, o usuário é o sujeito, reconhecido como protagonista dessa relação. Nessa perspectiva, o assistente social deve ser capaz de democratizar informações e fomentar a tomada de decisão por parte do usuário. Os serviços prestados não são vistos como favor, mas, como um direito que será acessado para suprir as necessidades apresentadas pelo usuário e/ou identificadas pelo assistente social (TORRES, 2009, p. 18).

Neste sentido, a arte entra como estratégia que possibilita a reflexão do usuário frente a sua realidade, a determinado serviço acessado, entre outros. Além disso o assistente social também pode fomentar, através de seu trabalho por meio de expressões artísticas, princípios presentes em seu Código de Ética Profissional, que traz princípios que visam a emancipação humana, liberdade, entre outros.

Ou seja, o assistente social deve buscar, de maneira qualificada e competente por meio da intervenção profissional, a garantia dos direitos civis, sociais e políticos dos usuários, a socialização de informações e, como

intelectual da classe trabalhadora, contribuir por meio dos serviços prestados para construção de uma ordem societária sem dominação/exploração (CONCEIÇÃO, 2010, p. 62).

Segundo Costa (2013), percebemos nas expressões artísticas a potencialidade de, em sua universalidade, atingir particularidades vivenciadas pelos usuários, que possibilitará mediações fundamentadas do assistente social.

Concluimos, então, que a arte possibilita a mediação do assistente social com as demandas colocadas em sua realidade profissional e também a fomentação de reflexões de temáticas que visem o desenvolvimento e a criatividade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a arte está dentro da dimensão subjetiva do indivíduo, mas que toca em diversas áreas dele, compreendendo também que a arte possibilita o expressar, que utilizamos de suas expressões artísticas para mediar formas de intervenção do assistente social.

Cabe ressaltar que entendemos que existe um ambiente cultural em que os sujeitos são inseridos, estes que vão estar relacionados diretamente com o meio em que vivem, ou seja, sua realidade social, que como tratado neste trabalho fazem parte do cotidiano dos indivíduos, uma cultura baseada no senso comum, desorganizada, acrítica, característico das classes subalternas.

Um exemplo disso, foi quando em uma atividade em grupo de um Projeto de Trabalho e Ensino (PET) de Saúde, em uma escola pública, com alunos do oitavo ano do ensino fundamental, ao tratar temas como sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, e gravidez na adolescência, utilizamos como abordagem inicial ao assunto uma música de funk. Começar a abordagem do grupo com uma música do cotidiano daqueles adolescentes fez com que se abrissem e se interessassem pela atividade, pois nos inserimos em algo que diz sobre a subjetividade do grupo.

Cabe ao assistente social, utilizar de sua criatividade e observação, para que em suas ações e intervenções, utilize da arte como maneiras de se inserir ao público que deseja trabalhar, visto que muitas vezes é requisitado ao profissional ações em sala de espera, grupos, que possibilitam lançar mão dessa estratégia para levar as pessoas as informações necessárias no momento.

É nesta realidade social, e outras, que o assistente social vai atuar, visto que o Serviço Social no Brasil se constituiu inicialmente demandado pela classe burguesa e, como vimos, está consolidado atualmente como uma profissão que, hegemonicamente, segue a direção de um projeto de defesa dos direitos dos trabalhadores e da emancipação humana, tendo sua atuação profissional pautada nesses valores.

A arte, dentro do que foi construído, se mostra como uma alternativa de suspensão do cotidiano dos grupos subalternos e se apresenta para o assistente social como possibilidade de mediação do seu exercício profissional, que muitas

vezes é imerso em demandas emergências, imediatas, e essa mediação pode proporcionar desenvolver ações que objetivam a organização da cultura dos sujeitos, de passagem do senso comum para o bom senso, a partir do objetivo ético político contido na direção profissional apontada pelo projeto profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS/CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

BEZERRA, Cristina; BRUZIGUESSI, Bruno. Cultura, formação social e serviço social: introdução ao debate. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas. **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: outras expressões, 2019.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães da. O serviço social e a prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.12, n.2, jan./jun. 2010.

COSTA, Paula Nathalia Galindo. **Arte e Serviço Social: um exercício de intervenção profissional**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

DURIGUETTO, Maria Lucia. A questão dos intelectuais em Gramsci. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: DURIGUETTO, Maria; IAMAMOTO, Marilda Vilela. (org.) **Serviço Social: questão social, território e política social**. Juiz de Fora, MG. Editora UFJF, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Estratégias e Táticas: Reflexões no campo do serviço social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Revista Textos & Contexto**, Porto Alegre, jul./dez. 2007. P. 221-232.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MOLJO, Carina; PARREIRA, Janaína; RAMOS, Tamara. Os usuários da política de assistência social: um estudo a partir da realidade das classes subalternas. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.19, n.1, p.144-166, jan. / jul. 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social do Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, Jul/Dez. 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.